



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1978

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Valter Pietrângelo.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 74/78 Curitiba, 02 de agosto de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva atribuir ao cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e aos de Assessor Técnico Legislativo, Assessor Técnico Administrativo e Assessor Técnico Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, os vencimentos do símbolo D.A.S.-3, da simbologia instituída pela Lei nº 6.996, de 12 de abril de 1978. Visa, ainda, tal anteprojeto de lei, a criação de 3 (três) cargos de Assessor Técnico símbolo D.A.S.-4.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, observando a complexidade, nível de atuação e responsabilidade pelo exercício dos cargos que atinge, visa conferir-lhes vencimentos de acordo com essas características. Ao ocupante do cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça procura-se atribuir vencimentos compatíveis com o grau de responsabilidade do cargo, com a qualificação necessária para o seu exercício, ajustando-os aos dos demais cargos dessa natureza.

Quanto aos cargos da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, os vencimentos propostos justificam-se porque, segundo a Lei nº 6636, de 29 de novembro de 1974, o serviço executado pelo órgão apresenta a peculiaridade de constituir instância especial de trabalho na esfera administrativa, pela análise final dos expedientes encaminhados ao Chefe do Poder Executivo, e também, pela qualificação necessária para o exer-

cício dos mesmos.

Certo de que o plano de lei proposto a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e os de Assessor Técnico Legislativo, Assessor Técnico Administrativo e Assessor Técnico Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, passam a ter os vencimentos do símbolo D.A.S.-3, da simbologia instituída pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978.

Parágrafo único — Ficam criados, na Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, três (3) cargos de Assessor Técnico símbolo D.A.S.4.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 75/78

Curitiba, 02 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, para dar nova composição à carreira de Assistente Jurídico.

A anexa cópia autêntica do ofício nº 547/77, do Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, diz em maiores detalhes, sobre a necessidade, oportunidade e alto significado da medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica constituída no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, a carreira de Assistente Jurídico com a estrutura constante da Tabela II, do Anexo desta lei.

Art. 2.º — Os cargos que integram a carreira de Assistente Jurídico, são de provimento efetivo, tendo a classificação, a quantidade e os vencimentos constantes da Tabela II, do Anexo desta lei.

Art. 3.º — Os cargos que integram a carreira de Assistente Jurídico são privativos de portadores de diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado.

Art. 4.º Aos ocupantes dos cargos aludidos no artigo 3.º, é vedado o exercício de advocacia, em face da incompatibilidade declarada no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 5.º — Os cargos de provimento efetivo isolados de Assistente, Assessor de Recursos, Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor Jurídico e os cargos de provimento efetivo da carreira de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, constantes da estrutura anterior, ficam transformados em cargos de provimento efetivo de carreira de Assistente Jurídico, com a classificação e vencimentos fixados na Tabela II do Anexo desta lei.

Art. 6.º — Os ocupantes dos cargos referidos no art. 5.º, passam a fazer parte da carreira de Assistente Jurídico, desde

que preencham o requisito contido no Art. 3º desta lei.

Art. 7º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, 35 (trinta e cinco) cargos de provimento efetivo de Carreira de Assistente Jurídico PJ.TJ-1, 12 (doze) cargos de provimento efetivo de Carreira de Assistente Jurídico PJ.TJ.2 e 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, com os vencimentos fixados, respectivamente, nas tabelas II e I do anexo desta lei.

Art. 8º — Os ocupantes de cargos de provimento efetivo de carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, não abrangidos no art. 6º, serão incluídos no cargo inicial da carreira de Assistente Jurídico, mediante processo seletivo de caráter competitivo, desde que preencham o requisito contido no art. 3º desta lei.

Art. 9º — Ficam fixados nos termos da Tabela I do Anexo desta lei, os vencimentos dos cargos de provimento em comissão de Diretor Geral da Secretaria, Vice-Diretor da Secretaria, Chefe de Gabinete e Secretário da Presidência, Assessor de Recursos, Chefe de Gabinete e Secretário da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 10 — Aos ocupantes dos cargos constantes da Tabela II do Anexo desta lei, aplicam-se as disposições da Lei nº 6593/74, com os posteriores reajustes.

Art. 11 — As atribuições, responsabilidade e demais características dos cargos que integram o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, serão estabelecidas em regulamento próprio ou através de ato da Presidência, com observância do que dispuserem o Código de Organização e Divisão Judiciárias e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 12 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias e consignadas no Orçamento do Poder Judiciário.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO DE QUE TRATA O ANTEPROJETO

TABELA I

CARGOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Diretor Geral da Secretaria	1
Vice-Diretor da Secretaria	1
Chefe de Gabinete da Presidência - 1-C	1
Secretário da Presidência-1-C	1
Assessor de Recursos - 1-C	1
Chefe de Gabinete da C.G.J.-1-C	1
Secretário da C.G.J.-1-C	1
	7

SITUAÇÃO PROPOSTA

DENOMINAÇÃO	Nº de cargos	VENCIMENTO
Diretor Geral da Secretaria-DAS-2	1	19.239,00
Vice-Diretor da Secretaria-DAS-3	1	17.491,00
Diretor de Departamento-DAS-4	5	15.338,00
Chefe de Gabinete da Presidência-DAS-5	1	8.757,00
Secretário da Presidência	1	8.757,00
Assessor de Recursos-DAS-5	1	8.757,00
Chefe de Gabinete da C.G.J.-DAS-5	1	8.757,00
Secretário da C.G.J.-DAS-5	1	8.757,00
	12	

TABELA II

CARGOS EM CARREIRA

SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Assistente — Isolado	9

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Assessor de Recursos - Isolado	1
Diretor da Secretaria da C.G.J. - Isolado	1
Assessor Jurídico - Isolado	14
Assessor Jurídico-PJ-30	5
Assessor Jurídico-PJ-29	6
Assessor Jurídico-PJ-28	7
	43

SITUAÇÃO PROPOSTA

DENOMINAÇÃO	Nº de cargos	VENCIMENTO
Assistente Jurídico PJ.TJ.3	25	13.520,00
Assistente Jurídico-PJ-TJ.2	30	12.168,00
Assistente Jurídico - PJ.TJ.1	35	10.951,00
	90	

À Comissão de Constituição e Justiça

Ofícios:

Sob o nº 427/78, do Sr. Dr. Gastão Natal Simões, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório dos Serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de junho do ano em curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 514/78, do Sr. Vereador Alexandre Maciano Ratti, Presidente da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando a este Poder Legislativo, cópia do requerimento nº 267/78, de autoria do Vereador Orlando Francisco, versando sobre a problemática do emprego ao jovem na faixa etária de 17 a 19 anos. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, solicitando a esta Casa de Leis, a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar a realidade da existência de focos da peste suína africana no Estado do Paraná e em todo o Brasil. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 003/78, do Sr. José Guilherme Lobo Cavagnari, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, no qual comunica que para o I Simpósio Nacional de Ecologia, está programado concurso de Monografias - Prêmio de Ecologia "Cidade de Curitiba"; promoção conjunta Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba e Instituto de Terras e Cartografia, com o prêmio de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). — **Ao conhecimento da Casa.**

Telex:

Da Comissão de Financiamento da Produção - Agência Paraná, firmado pelo Sr. Eugênio Libreloto Stefanelo, informando a este Poder Legislativo sobre a situação referente à importação do milho através do Porto de Paranaguá. — **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalado, com emergência, um telefone público na "Vila Santa Helena", nesta Capital. O local poderá ser o Supermercado: Comércio de Gêneros Alimentícios Ananias - na rua Raul Pompéia, 19, construído na área central da Vila Santa Helena.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1978.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

O telefone público mais próximo da área supra mencionada, está localizado a mais de 2 (dois) mil metros. Por outro lado, a Vila Santa Helena tem sido vitimada por constantes assaltos e outras transgressões, que exigem a presença da Segurança com rapidez, o que somente possível através da chamada telefônica imediata. A presença também do Pronto Socorro e do Corpo de Bombeiros é grandemente exigida, mas o telefone

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à COPEL, consubstanciado em reivindicação, no sentido de que seja procedida a extensão da rede de energia elétrica da Avenida Paranaíba, na cidade de Terra Rica, como também que sejam executados os serviços de iluminação pública na referida artéria.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A Avenida Paranaíba, situada na cidade de Terra Rica, tem os quatro (4) últimos quarteirões completamente às escuras.

Mais de quarenta (40) residências estão sem energia elétrica, em pleno complexo urbano. Os municípios estão dependentes, e a Prefeitura, por isto, não possui recursos financeiros para pagar os custos da obra. Por outro lado, as dezenas de moradias que estão sem o benefício da energia elétrica, pertencem a trabalhadores empobrecidos graças às circunstâncias econômicas geradas pela retrocessiva política governamental. Que fazer, senão apelar em nome do povo para o mais rico, no caso a COPEL?

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 119/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Civil "BOCA MALDITA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil "BOCA MALDITA", é uma entidade de caráter filantrópico-cultural, sem fins lucrativos, fundada no dia 13 de dezembro de 1966, com duração indeterminada, nesta cidade de Curitiba, com o objetivo de proporcionar auxílios e o conagração cultural.

Esta Sociedade, sem nenhuma congênere no mundo, é um verdadeiro clube multi-racial, político, artístico e econômico do Paraná. A "Boca Maldita" é uma entidade polivalente, pois consegue, a par de suas discussões sobre relevantes problemas nacionais e internacionais, prestar auxílios filantrópicos nos casos mais urgentes em que se debate o Estado. Por isso, a sua transformação em órgão de Utilidade Pública, a torna merecedora do reconhecimento do Poder Público.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expediente, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar o espaço reservado à bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço que é reservado à bancada.

O SR. MUGGIATI FILHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio-

mento — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 193/74, que denomina de: "Estrada dos Pioneiros do Paraná", a rodovia que liga Mauá a Ivaiporã. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 193/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada de ESTRADA DOS PIONEIROS DO PARANÁ, a rodovia que liga Mauá a Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 61/78, que declara de utilidade pública a "Escola Profissional e Social do Menor de Londrina", com sede na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 61/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente, Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 48/78, Mensagem nº 11/78, ex-Proposição nº 96/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Marilena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MARILENA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 50/78, Mensagem nº 19/78, ex-Proposição nº 104/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Faxinal, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebradq em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 52/78, Mensagem nº 37/78, ex-Proposição nº 123/78, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo celebrado em 24 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ao convênio celebrado em 29 de setembro de 1977, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 55/78, Mensagem nº 53/77, ex-Proposição nº 260/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ubatuba, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiuva. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÁ, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Quintino Bocaiuva, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 57/78, Mensagem nº 33/78, ex-Proposição nº 110/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e intervenção de órgãos que especifica e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 59/78, Mensagem nº 43/78, ex-Proposição nº 131/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e intervenção de órgãos que especifica e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças, da FAMEPAR, e da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 60/78, Mensagem nº 45/78, ex-Proposição nº 139/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano do município signatário.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 61/78, Mensagem nº 44/75, ex-Proposição nº 160/75, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Del Ciel, Relator

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Carlota Piolli, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deputado José Coas, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Erme-lino de Leão Filho, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Terezinha Lemos, ocorrido em Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de ser instalada uma agência do INAMPS na sede do Município de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à COPEL, consubstanciado em reivindicação, no sentido de que seja procedida extensão da rede de energia elétrica da Avenida Paranaíba, na cidade de Terra Roxa, bem como sejam executados os serviços de iluminação pública na referida artéria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de que seja instalado um telefone público na Via Santa Helena, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador do Estado e para Senador. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação. — (**Pausa**). 7 Srs. Deputados aprovam; 2 rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 105/75, 31/78, 36, 42, 48, 49, 58 e 63/78.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aber-

tos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Werner Wanderer apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 72/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do ano letivo de 1978. PROJETO DE LEI N.º 75/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de Mercadorias - ICM, como específica. — PROJETO DE LEI N.º 86/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que cria o Museu de História Natural do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. — PROJETO DE LEI N.º 162/77, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que proíbe a publicidade do uso de cigarros e bebidas alcoólicas, nas rodovias estaduais e no interior de veículos de transportes coletivos, no Estado do Paraná. — PROJETO DE LEI N.º 169/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. — PROJETO DE LEI N.º 39/78, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que denomina rodovia Antônio Baby a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco. — PROJETO DE LEI N.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder uma pensão mensal de valor equivalente a cinco (5) salários mínimos ao Doutor Arthur M. Franco. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LINEU MANSANI TURRA — Presidente

Lélío G. Sotto Maior — Secretário

DECRETO:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6242, de 27 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Comissão Especial de Promoções, composta pelos funcionários OSIRÉS DE BRITO, mat. n.º 083, AYRTON COSTA LOYOLA, mat. 002, ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA, mat n.º 143, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, mat. n.º 049, todos Consultores Legislativos, PAULO DO CANTO PACHECO, Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, para, sob a presidência do primeiro nominado e secretariada pelo funcionário AYRTON ALVES ARANHA, mat. n.º 413, Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos, do Departamento de Pessoal, proceder levantamento dos elementos constantes de ficha funcional, para efeito de provimento nos cargos vagos de Consultor Legislativo e Secretário de Comissão, bem como, dos demais cargos vagos ou que vierem a vagar em decorrência dos provimentos supra citados, no Quadro de Pessoal, Parte Permanente, desta Assembléia Legislativa, de conformidade com o disposto no Art. 86, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário